

PARECER DE LEGALIDADE Nº 027/2025 – PROC

Processo: **01.05.043501.007149/2024-61**

Interessado: **Companhia de Saneamento do Amazonas - COSAMA**

Referência: **Parecer de Legalidade para contratação direta emergencial de empresa especializada em manutenção eletromecânica de 01 (um) motor elétrico, incluindo rebobinamento com substituição peças novas e acessórios genuínos, para atender às necessidades da Companhia de Saneamento do Amazonas - COSAMA.**

**DIREITO ADMINISTRATIVO.
CONTRATAÇÃO DIRETA.
HIPOTECES DO ART. 29, XV, DA
LEI Nº 13.303/16 E ART. 118, I, 123,
XIV, DO REGULAMENTO INTERNO
DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
DA COSAMA – RILC.
POSSIBILIDADE JURÍDICA.**

1. RELATÓRIO

Vieram os presentes autos à Procuradoria da COSAMA para a emissão de Parecer Jurídico acerca da legalidade da Contratação Direta da empresa **SERVICE ENGENHARIA E PERÍCIAS LTDA.**, visando a contratação direta emergencial de empresa especializada em manutenção eletromecânica de 01 (um) motor elétrico, incluindo rebobinamento com substituição peças novas e acessórios genuínos, para atender às necessidades da Companhia de Saneamento do Amazonas – COSAMA.

Compõem os autos os seguintes documentos:

- 1) Memorando nº 140/2024-AG01-AUTAZES/COSAMA, fls. 01;
- 2) Nota Técnica nº 001/2025/GEMAN/DIOP/COSAMA, fls. 09-13;
- 3) PCS nº 10032/2025 - GEMAN, fls. 15;
- 4) Pedido de Cotação de Serviço, fls. 22-24;
- 5) Mapa Comparativo de Preços, fls. 28/29;
- 6) Propostas Comerciais, fls. 30-42;



- 7) Despacho GECOMP, fls. 43-44;
- 8) Termo de referência nº 001/2025 - GEMAN/DIOP/COSAMA, fls. 45-61;
- 9) Atestado GECONT de origem de recursos financeiros próprios, fls. 69;
- 10) Despacho CPL apontando a possibilidade de Contratação Direta por Dispensa de Licitação, fls. 71-74;
- 11) Certidões negativas atualizadas.

É o relatório.

Passa-se à análise.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Antes de adentrar ao tema central, é essencial lançar luz sobre o instituto jurídico que norteia os contratos e procedimentos licitatórios das Estatais, alicerce indispensável à harmonia e à ordem das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista.

Ancorado nesses princípios, compete à Lei Federal nº 13.303/2016, dispor sobre o estatuto jurídico das empresas públicas, das sociedades de economia mista e de suas subsidiárias, abrangendo toda e qualquer Empresa Pública e Sociedade de Economia Mista no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que explore atividade econômica de produção ou comercialização de bens, de prestação de serviços, cumprindo o comando constitucional insculpido no art. 173, §1º e inciso II, introduzido pela Emenda Constitucional 19/1998, o qual disciplina que a lei estabelecerá o estatuto jurídico das empresas públicas, das sociedades de economia mista e de suas subsidiárias. Vejamos:

Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será





permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

§ 1º A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre: (...)

II - a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998); (...)

(Grifos Nossos)

Desta forma, as estatais passaram a ser subordinadas à Lei nº 13.303/2016, a partir de sua entrada em vigor em 30/06/2016, condicionadas a posterior elaboração de regulamento interno de licitações e contratos por parte de cada estatal.

3. CONTRATAÇÃO DIRETA

A Administração Pública, como regra geral, deve realizar contratações de serviços, compras e alienações por meio de processo licitatório prévio. Todavia, em determinadas circunstâncias, a legislação nacional admite a



possibilidade de contratação direta, em casos expressamente previstos na legislação ordinária.

A Lei Federal nº 13.303/2016, dispõe sobre o estatuto jurídico das empresas públicas, das sociedades de economia mista e de suas subsidiárias, abrangendo toda e qualquer empresa pública e sociedade de economia mista no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços.

Contudo, conforme previsto no comando constitucional, coube à legislação infraconstitucional disciplinar as hipóteses em que o procedimento licitatório poderia ser dispensado, dispensável ou inexigível.

Assim, o Art. 29, XV, da Lei Federal nº 13.303/2016, ampara a presente pretensão, assegurando em que casos será possível dispensar o processo licitatório, conforme descrito a seguir:

Art. 29. É dispensável a realização de licitação por empresas públicas e sociedades de economia mista:

(...)

XV - em situações de emergência, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contado da ocorrência da





emergência, vedada a prorrogação dos respectivos contratos (...)

(Grifos Nossos)

No mesmo sentido os artigos 118, I, e 123, XIV do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COSAMA – RILC, versam da seguinte forma:

Art. 118 – O processo de contratação direta será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I – Caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;
(...)

Art. 123 – É dispensável a realização de licitação, nos seguintes casos:

XIV – Em situações de emergência, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência,



vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

(...)

(Grifos Nossos)

A contratação em análise se amolda aos critérios estabelecidos em lei e em regulamentos interno da Companhia, uma vez que o valor global não ultrapassará **R\$ 5.933,67 (cinco mil novecentos e trinta e três reais e sessenta e sete centavos)**, conforme Mapa Comparativo de Preços, às fls. 28.

4. DOS PRINCÍPIOS NORTEADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Administração Pública, em todas as suas ações, está vinculada aos princípios estabelecidos no art. 37 da Constituição Federal de 1988, quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Além desses, quando se trata da prestação de serviços públicos, devem ser observados os princípios da regularidade, continuidade, eficiência, cortesia e modicidade das tarifas, em razão de ser prestadora de serviço público essencial.

A COSAMA, possui a obrigação e o dever de manter a plena condição de funcionamento dos equipamentos que compõem as operações de captação, tratamento e distribuição de água nos lugares onde atua, sendo de alta relevância a contratação apontada.

Neste contexto, verifica-se que a Contratação Direta, mediante Dispensa de Licitação, da empresa **SERVICE ENGENHARIA E PERÍCIAS LTDA.**, referente a manutenção eletromecânica de 01 (um) motor elétrico, incluindo rebobinamento com substituição peças novas e acessórios genuínos, para atender às necessidades da Companhia de Saneamento do Amazonas - COSAMA, atende às exigências legais e principiológicas da administração pública, inclusive por possuir o menor valor, dentro das propostas válidas, de **R\$ 5.933,67 (cinco mil novecentos e trinta e três reais e sessenta e sete centavos)**.



5. DA NATUREZA ESSENCIAL DOS SERVIÇOS DA COSAMA

A Companhia de Saneamento do Amazonas – COSAMA, instituída pela Lei Estadual nº 892/1969, atua há décadas no Estado do Amazonas, destacando-se como responsável pelo tratamento e distribuição de água em 15 municípios, além da operação de uma fábrica de envasamento localizada em Manaquiri/AM, que fornece água tratada para consumo humano em conformidade com as normas sanitárias. Seus produtos são distribuídos em ações promovidas pelo Governo do Estado, reafirmando o compromisso da Companhia com a saúde pública e o bem-estar social. Desde 2016, a COSAMA opera sob o regime da Lei nº 13.303, cumprindo rigorosamente suas obrigações legais.

A prestação de serviços pela COSAMA é essencial e de utilidade pública, exigindo continuidade nos termos do artigo 10, inciso I, da Lei nº 7.783/89, que classifica o tratamento e abastecimento de água como indispensáveis para atender às necessidades básicas da população, portanto, ressalta-se, que a interrupção desses serviços pode gerar prejuízos irreparáveis, comprometendo o acesso da população a esse recurso fundamental.

Nesse contexto, a contratação se mostra imprescindível para assegurar a distribuição de água no município, pois o funcionamento da bomba é vital para o transporte e abastecimento dos reservatórios, garantindo o cumprimento das obrigações legais e sociais da Companhia, visando preservar o interesse público e assegurar o direito fundamental da população ao acesso à água tratada de forma eficiente, contínua e segura.

6. REGULARIDADE FISCAL E DOTAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Com relação à comprovação da regularidade fiscal da contratada, verifica-se que estão devidamente juntadas as certidões negativas válidas.



Quanto a despesa necessária para custear a contratação direta em tela, é oriunda de recursos orçamentários PRÓPRIOS, tendo a GECONT se manifestado às fls. 69, preenchendo as exigências.

Assim, tem-se que a contratação está em conformidade com a Lei nº 13.303/2016, e ainda, com o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COSAMA - RILC.

7. CONCLUSÃO

Por todo o exposto, no caso em espécie, conclui-se que a Contratação Direta Emergencial, por meio de Dispensa de Licitação, de empresa especializada para manutenção eletromecânica de 01 (um) motor elétrico, incluindo rebobinamento com substituição peças novas e acessórios genuínos, para atender às necessidades da Companhia de Saneamento do Amazonas - COSAMA, encontra respaldo legal nas disposições do artigo 29, XV da Lei Federal nº 13.303/2016, bem como nos artigos 118, I, e 123, XIV, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COSAMA - RILC, fundamentando-se nos princípios da economicidade e da eficiência.

Ademais, o processo administrativo apresenta-se formalmente regular, estando devidamente instruído com a solicitação, a descrição do objeto, a dotação orçamentária e as certidões necessárias, todos anexados e partes integrantes dos autos.

Diante do exposto esta Procuradoria **OPINA** no sentido de que seja dada continuidade ao processo de Contratação Direta, por meio de **DISPENSA DE LICITAÇÃO** da empresa **SERVICE ENGENHARIA E PERÍCIAS LTDA.**, inscrita no CNPJ de nº 22.958.492/0001-65, pelo valor global de **R\$5.933,67 (cinco mil novecentos e trinta e três reais e sessenta e sete centavos)**, conforme proposta constante dos autos do processo nº **01.05.043501.007149/2024-61**.



Inobstante o interesse e necessidade, prosseguir com a presente contratação é decisão discricionária, ou seja, deve ser fruto de decisão oriunda da Diretoria da COSAMA, ante a criteriosa análise desta Procuradoria Jurídica e de toda a documentação acostada aos autos que instruem o presente procedimento.

É a conclusão, salvo melhor juízo, a consideração da Diretoria.

Manaus, 28 de janeiro de 2025.

Matheus Batista dos Santos
Advogado

Aprovo os fundamentos do Parecer nº 027/2025 - PROC

Juscelino Kubitschek de Araújo
Procurador Chefe

